

Argumentos contra as teorias descritivistas

(Seminário de Orientação -2º semestre)

1. Introdução

A teoria descritivista para os nomes próprios é a teoria segundo a qual os nomes próprios comuns, usados em contextos particulares são descritivos. Segundo este ponto de vista um nome como Santa Ana deve ser analisado como “ a mãe de Maria” ou “a avó de Jesus”. O descritivismo aparece na literatura tratado de duas formas diferentes: numa visão mais clássica o conteúdo conceptual de um nome é dado por uma descrição definida ou por um conjunto determinado de descrições definidas; numa versão mais moderna o conteúdo conceptual é dado apenas por um agregado de descrições.

A ideia básica destas teorias consiste em defender que o significado de um nome próprio é idêntico ao de uma descrição definida associada ao nome e que exprima o seu sentido. Uma teoria descritivista particularmente simples sustenta que qualquer utente competente de uma língua associa uma descrição definida ao nome ‘n’ que usa., quando inquirido “que ou quem é n?” ou “ o que significa por n?”

De um ponto de vista geral e ortodoxo considera-se que uma dada expressão α , usada num contexto particular, é descritiva se existe um conjunto de propriedades semanticamente associadas a α , de tal modo que essa associação gera uma relação semântica de “designação” ou de referência que correlaciona com α o que quer que seja ou quem quer que seja que possui todas ou, pelo menos, um número suficiente destas propriedades, se e só se existe um único individuo e nenhum outro que as satisfaça.

Na teoria descritivista para os nomes próprios é distinguem-se duas versões complementares: na primeira versão considera-se que os nomes têm o mesmo significado, isto é, são sinónimos das descrições a eles associadas, sendo que, sempre que numa frase um nome é substituído por uma descrição não se altera a proposição expressa e, conseqüentemente, não se altera o estatuto modal ou epistemológico da frase; a segunda versão defende que, embora um nome possa não ser sinónimo da descrição ele associada, o referente de um nome próprio n, tal como é usado por um locutor num dado tempo, é o único e o só único objecto que satisfaz a descrição associada a n pelo locutor nesse tempo. Nesta perspectiva considera-se que é por intermédio de uma descrição que se fixa o referente dos nomes, tese que pode correr ainda que não se defenda o ponto de vista de acordo com o qual nomes e descrições são sinónimos:

A ambas as versões do descritivismo correspondem duas teses que as expressam:

t1 - o significado de um nome 'n' (num dado tempo e para um determinado locutor) é dado por uma descrição, uma conjunção de descrições ou um feixe de descrições 'D'. Nesta versão, que corresponde a uma concepção mais forte do descritivismo, tem-se que se D dá o significado de n, então a substituição de um pelo outro preserva o significado e a proposição expressa. Assim, se S' resulta de S pela substituição de D por uma ou mais ocorrências de n em s, então S e S' significam a mesma coisa e exprimem a mesma proposição.

t2 - o referente de um nome 'n' (para um locutor num dado tempo) é semanticamente determinado por uma descrição, uma conjunção de descrições ou um agregado de descrições D. Esta versão corresponde a uma concepção enfraquecida do descritivismo uma vez que pode ser aceite mesmo que não se defenda que nomes e descrições a eles associadas sejam sinónimos. Aceitar que uma descrição "D" fixa o referente de n, implica, igualmente, que possam ser aceites os seguintes corolários:

- i.) o locutor acredita que D se aplica a um único indivíduo;
- ii.) se D se aplica a um único indivíduo o então o é o referente de n;
- iii.) se D não se aplica a nenhum indivíduo, então, então n não tem referente;:
- iv.) o locutor sabe (ou é capaz de saber) *à priori* que se n existe, então a frase "n é D" exprime uma verdade.

Nos dois primeiros ensaios de *Naming and Necessity* Saul Kripke apresenta três argumentos, de natureza modal, semântica e epistémica, que pretendem refutar o descritivismo, mostrando que nomes e descrições têm propriedades semânticas distintas e que contribuem de modo diferente para as condições de verdade das frases em que ocorrem.

O argumento modal mostra que contêm nomes têm condições de verdade diferentes do que frases correspondentes que contêm descrições, no sentido em que frases deste tipo são tipicamente verdadeiras em diferentes possíveis estados de coisas.

O argumento semântico mostrar que o referente de um nome próprio 'n', tal como é usado por um utente da língua, não está linguisticamente determinado para ser a denotação de qualquer descrição, ou conjunto de descrições, associadas a n pelo falante.

O argumento epistémico mostra que o que é acreditado ou conhecido por alguém que sabe ou acredita no que é expresso por uma dada frase 'f' contendo o nome próprio

‘n’ difere daquilo que é conhecido ou acreditado por alguém que sabe ou acredita no que é expresso por uma frase que resulta da substituição em f de n por uma descrição.

2. O argumento modal

O argumento modal, a tentativa mais conhecida e mais criticada de refutação em bloco do descritivismo, tem como fundamento a noção de mundo possível e assenta na constatação que o perfil modal de frases que contenham nomes, difere do perfil modal de frases correspondentes que contenham descrições.

O argumento modal toma como primitivo a noção de mundo possível. Um mundo possível, na acepção de Kripke, é caracterizado pelo recurso a duas perspectivas distintas.

A primeira perspectiva diz-nos o que um mundo possível **não é**:

- um mundo possível não corresponde a um outro universo;
- não é uma realidade estranha que possamos descobrir, pelo recurso a potentes telescópios (N.N: 44);
- não é uma outra realidade ontológica.

Segundo Kripke, a segunda perspectiva diz-nos o que um mundo possível é:

- corresponde a um dispositivo que permite pensar em situações contrafactuais e diferentes do mundo actual;
- corresponde a um curso alternativo de acontecimentos (passados, presentes e futuros), um modo como o mundo poderia ter sido e corresponde a uma propriedade maximal instanciada, que o universo poderia ter tido.

A conjunção de ambas as perspectivas permite usar a noção de “mundo possível” sem compromissos com exigências metafísicas disputáveis, e até implausíveis, relativas à existência de universos reais e concretos mas não actuais. Falar de mundos possíveis nada mais é do que falar dos modos como o universo poderia ter sido o que é de um ponto de vista metafísico relativamente inócuo.

Convém, ainda, referir que o argumento modal utiliza como principal instrumento de análise o conceito “designador rígido”: consider-se que um termo t é um designador rígido para um objecto ‘o’, se e só designa o relativamente a todos os mundos possíveis em que o existe.

Perguntar se um termo “t” é um designador rígido não é perguntar acerca de t como é que este é usado num outro mundo possível. Antes corresponde a especificar

contrafactualmente uma certa situação possível e perguntar se *t*, usado como expressão da nossa linguagem actual, denota algo em relação a esse estado de coisas possível.

Assim apresentada a rigidez deve ser entendida, em particular, como uma propriedade semântica de uma expressão que é estabelecida pelo recurso a um teste linguístico: *t* é um designador rígido se e só se a frase “o indivíduo que é actualmente *t* não poderia ter existido sem ser *t* e nada mais do que esse indivíduo que é actualmente *t* poderia ter sido *t*”, exprime uma verdade.

Utilizando a rigidez para contrastar dois tipos de designadores (rígidos e flexíveis, respectivamente nomes e descrições), e usando o conceito primitivo de mundo possível, o argumento modal é apresentado, de forma geral, nos seguintes passos:

- (1) nomes próprios são designadores rígidos;
- (2) por esse motivo os nomes próprios não têm o mesmo significado (conteúdo semântico) que as descrições não rígidas. Assim, se *n* é um nome próprio e *D* uma descrição não rígida, as frases “*n* é *F*” e “*D* é *F*” não têm o mesmo significado ou semanticamente não expressam a mesma proposição.
- (3) Uma vez que as descrições comumente associadas aos nomes são não rígidas, o significado dos nomes não é dado por essas descrições.

O argumento modal é ilustrado por um exemplo¹.

Seja *n* o nome “Aristóteles” e sejam os seguintes candidatos para a descrição *D* que dá o significado desse nome:

1. o fundador da lógica formal;
2. o melhor aluno de Platão;
3. o professor de Alexandre;
4. o filósofo grego famoso chamado ‘Aristóteles’;
5. o maior filósofo da antiguidade;
6. a conjunção de 1-5
7. a conjunção de todas as descrições que o locutor associa a *n*;
8. o feixe de descrições incluindo 1-5 que o locutor associa a *n*.

Avalie-se a possibilidade do significado do nome “Aristóteles ser dado por uma ou mais das descrições 1-8, considerando que se *D* dá o significado de *n* então a proposição expressa pela frase “se *n* existiu então *n* era *D*”, é necessária.

¹ 2005 Soames: 337-340

Se D tem o mesmo significado que n, então a substituição de um pelo outro na frase, não altera a proposição expressa. Mas isso significa que a frase “se n existiu então n era D”, expressa a mesma proposição (diz a mesma coisa) que a frase se “D existiu então D era D”. Uma vez que a última frase exprime uma verdade necessária, a primeira também o exprime.

Se o descritivismo, na versão apresentada em t1, estiver correcto então deve existir uma descrição D que os locutores associam ao nome “Aristóteles”, tal que a proposição expressa por “se Aristóteles existiu, então Aristóteles era D” é uma verdade necessária. De facto, uma vez que D dá o significado de “Aristóteles” a proposição expressa pela frase deve ser, em simultâneo, necessária e conhecida à priori. Mas, argumenta Kripke não existe tal descrição D. Por exemplo, considere-se a descrição “o fundador da lógica formal”, como um candidato possível. Para aplicar o teste modal, prerguntar-se-á se a proposição expressa pela frase “se Aristóteles existiu, então Aristóteles foi o fundador da lógica formal” é uma verdade necessária. Dizer que é uma verdade necessária é dizer que não existe um mundo possível no qual o antecedente do condicional, “Aristóteles existiu” fosse verdadeiro, mas o conseqüente, “Aristóteles foi o fundador da lógica formal”, fosse falso.

Mas isto não parece estar correcto. Pelo contrário, parece que o mundo poderia ter existido num estado no qual Aristóteles tivesse existido mas não se tivesse dedicado à lógica. Uma vez que Aristóteles poderia ter existido sem ser o fundador da lógica formal a frase condicional “ se Aristóteles existiu, então Aristóteles foi o fundador da lógica formal”, não exprime uma verdade necessária. Logo o nome “Aristóteles” não significa a mesma coisa que a descrição “ o fundador da lógica formal”.

Este resultado não é um resultado isolado. O mesmo argumento correrá de igual modo para as descrições (2-8), ou para outras descrições, com as quais se pode pensar, naturalmente, em substituir o nome “Aristóteles”. A razão para isto é que quase todas as descrições que as pessoas associam a Aristóteles têm a ver com as suas realizações mais proeminentes. Porém, como Kripke aponta, nenhuma destas realizações constituem condições necessárias para Aristóteles existir. Aristóteles poderia ter existido, ainda que não tivesse sido filósofo ou tivesse realizado algo de importante. Assim, Kripke está preparado para fazer correr o argumento, usando qualquer descrição ou feixes de descrições baseadas nas realizações de Aristóteles, mas, uma vez que estas providenciam o conteúdo descritivo principal que muitos de nós associamos aos nomes,

conclui que a teoria das descrições para o significado é incorrecta como teoria com muitos de nós usam o nome.

2.2 O argumento semântico (contra a tese 2 e corolários (i.), (ii.) e (iii.))

Embora o argumento modal refute t1 e o ponto de vista que considera que nomes são sinónimos de descrições que os falantes lhes associam, não refuta, por si só, que uma descrição possa servir para fixar a referência de um nome. O descritivismo enquanto teoria da fixação da referência pode não exigir que o nome “n” seja sinónimo da descrição “D”. Se o utente da língua possui de um certo conhecimento identificador, ao qual corresponde um conjunto de propriedades que o utente associa ao objecto e se o conjunto de propriedades for satisfeito por um e um só objecto, então o referente do nome é identificado pela associação entre o nome a descrição, ou o agregado de descrições, identificadora(s) desse objecto. A versão fraca do descritivismo, enquanto teoria da fixação da referência, parece ter condições de sobrevivência.

Por isso, se pretende criticar a versão da teoria descritivista a fixação da referência, é necessário fornecer argumentos adicionais.

No ensaio II de *Naming and Necessity* Kripke apresenta a teoria descritivista como uma candidata a uma teoria da referência, por intermédio de um “sumário” da teoria descritivista de Frege/Russel, sob a forma de seis teses e uma condição de satisfação (NN: 71-76, teses 1-6 e condição (C)). A ideia a reter, que não está explicitamente expressa nestas teses será que mesmo que os nomes próprios não tenham significado no sentido habitual do termo, algo deve ser responsável por manter uma ligação entre um nome e aquilo que este refere.

Uma vez que a descrição tenha fixado o que o nome designa, relativamente ao actual estado-de-coisas do mundo, seja ou não o caso de esse indivíduo satisfazer essas descrições com respeito a w . Por exemplo, suponha-se que se tem uma frase “Fn”, na qual o referente de n se encontra semanticamente fixado pelo conjunto D de descrições. Nesta teoria as condições de verdade da proposição expressa por esta frase podem ser determinada da seguinte forma se: é determinado que objecto o unicamente satisfaz D relativamente ao actual estado do mundo, então dado este objecto o poderemos ver se a proposição expressa pela frase é verdadeira com respeito a qualquer estado arbitrário de mundo w se e só se Fx é verdadeira de o em relação a w .

No processo de testar esta teoria, Kripke aborda as teses 2, 3 e 4, correspondentes aos corolários (i.), (ii.) e (iii.) da tese 2²:

- i.) o locutor acredita que D se aplica a um único indivíduo (NN:71 (2));
- ii.) se D se aplica a um único indivíduo o então o é o referente de n (NN. 71(3));
- iii.) se D não se aplica a nenhum indivíduo, então, então n não tem referente (NN.:71, (4));

Consideremos i.) *o locutor acredita que D se aplica a um único indivíduo* : Kripke observa que no caso de muitos nomes a informação descritiva que o locutor associa ao nome é demasiado fraca para indicar um único indivíduo. Em alguns casos o uso por um locutor de um nome ‘n’ pode unicamente referir-se a um objecto **o**, ainda que o locutor não possua uma descrição unicamente denotativa associada a n. Nomes de pessoas famosas, de cujas realizações muitos locutores estão apenas debilmente conscientes, fornecem exemplos deste tipo. Por exemplo, muitas pessoas ouviram o nome “Cícero” e sabem que este se refere a um romano famoso, mas conhecem muito pouco a seu respeito, talvez que tenha sido um homem de estado e um bom orador. Presumivelmente, porém, terá havido mais do que um romano famoso, homem de estado e bom orador, por exemplo, Catão. Por isso, poder-se-ia dizer que os locutores nem sequer acreditam que D se aplica a um e um só único indivíduo. No entanto, esses locutores usam o nome “Cícero” para referirem um homem específico, ainda que não sejam capazes de providenciar qualquer descrição que o designe de forma única.

Este exemplo exhibe um requisito muito forte imposto pela pura forma da teoria das descrições, quando requer que cada nome seja associado a propriedades puramente descritivas que são suficientes para unicamente determinarem o seu referente, o que é bastante contra intuitivo. Se algum locutor se perguntar se possui essas propriedades associadas a cada nome que usa chegará à conclusão que não as tem. Se isto estiver correcto, então os locutores nem sequer têm eles próprios esse tipo de informação associada a cada nome que a pura forma da teoria requer.

O exemplo tipo apresentado relativo a Cícero mostra que podem ocorrer casos em que se indivíduos são referidos, mesmo que a descrição puramente informativa ao nosso dispor falhe em agarrar qualquer indivíduo único.

Um outro tipo de caso que Kripke considera é aquele em que o problema não é a falta de informação, mas sim a existência de desinformação.

² 2005 Soames: 350-359

Suponha-se o indivíduo Gödel, conhecido na comunidade filosófica por ter sido o homem que descobriu a incompletude da aritmética. Para um utente típico a descrição definida “o homem que descobriu a incompletude da aritmética” identifica Gödel e a existência desse conhecimento constitui a condição necessária e suficiente para que “Gödel” refira Gödel. A estratégia de Kripke consiste em construir duas situações que podiam, de facto, ter sido o caso:

S1. Considere-se que não foi Gödel mas sim Schmidt que demonstrou a incompletude da Aritmética. Schmidt morreu muito novo e desconhecido, Gödel apoderou-se da demonstração e passou a ser conhecido como o homem que descobriu a incompletude da aritmética.

S2. A demonstração não foi roubada, mas tem um erro subtil que só agora foi descoberto.

Se o ponto de vista relativista for adoptado a descrição “o homem que descobriu a incompletude da aritmética” é o que nos permite referir Gödel quando usamos o nome “Gödel”. Em S1, caso se mantenha este ponto de vista, o falante só pode estar a referir Schmidt, uma vez que a descrição identificadora de Gödel, “o homem que descobriu a incompletude da aritmética” é satisfeita pelo indivíduo Schmidt. O que contraria toda a evidência, porque “Gödel” continua a referir Gödel; o falante ao usar a frase a frase “Gödel é o homem que descobriu a incompletude da aritmética”, não tem crenças correctas acerca da pessoa certa mas sim crenças erradas acerca da pessoa certa (NN: 83-85;106). Assim “Gödel” refere Gödel mesmo quando se considerou que a descrição “o homem que descobriu a incompletude da aritmética é satisfeita por Schmidt.

O mesmo se verifica em S2 : “Gödel” refere Gödel ainda que não exista um único objecto que satisfaça a descrição “o homem que descobriu a incompletude da aritmética” (NN:86).

Estes pontos são, *prima facie*, a indicação que o conhecimento identificador do objecto, na maioria dos casos é insuficiente para determinar a referência de um nome, mostrando que os corolários (ii.) e (iii.) da teoria das descrições são falsos.

2.3 o argumento epistémico

O argumento epistémico tem uma estrutura análoga à estrutura análoga à do argumento modal, mas usa os conceitos “à priori” e “à posteriori”, em vez de usar os conceitos “necessário” e “contingente”.

O argumento epistémico visa dois objectivos:

- em primeiro lugar, pretende mostrar que o estatuto epistémico de proposições expressas por frases que contêm nomes é diferente do estatuto epistémico de proposições expressas por frases correspondentes e que contêm descrições.

- em segundo lugar eliminar algum resquício da versão do descritivismo enquanto teoria da fixação da referência, mostrando que corolário iv.) de t2 só obteria caso a versão fraca do descritivismo fosse correcta.

Seja o corolário iv.): O locutor sabe (ou é capaz de saber) a priori que se **n** existe (ou existiu), então **n** é (ou foi) D, exprime uma verdade (NN: 71, (5)).

Se a regra por intermédio da qual o referente do nome é fixado é que o nome refere o que quer que seja ou quem quer que seja que é designado por uma determinada descrição D, então um locutor sabe (ou é capaz de saber) simplesmente em virtude de saber essa regra, que a frase se **n** existe (ou existiu), então **n** é (foi) D não pode deixar de ser verdadeira. Porque se D falha em designar qualquer coisa então **n** falha igualmente e a frase é trivialmente verdadeira pela falsidade do seu antecedente. Por outro lado, se D designa alguma coisa, então **n** designa a mesma coisa, e o conseqüente, garantidamente, é verdadeiro. Tudo isto é conhecido apenas pelo conhecimento das regras da linguagem, sem o recurso a qualquer tipo de investigação empírica.

Logo, se a versão de fixação da referência do descritivismo for correcta, o corolário iv.) seguir-se-á sempre.

Como Kripke propõe (NN: 83-85) quando consideramos nomes próprios vemos que isto tipicamente falha: se D é a descrição associada com um nome **n** pelo locutor, então a proposição semanticamente expressa pela frase “se **n** existe então **n** é D” , tipicamente não é conhecível *a priori*. Tal suporta a conclusão que D não tem, de facto, o mesmo significado (conteúdo semântico) que **n**.

Considere-se, por exemplo o nome “Colombo”. Neste caso, a descrição mais saliente seria qualquer coisa semelhante a “ o primeiro europeu que zarpu de Espanha em 1492, procurando uma nova rota para a Ásia, mas acabou por descobrir a América”. Porém, a regra linguística determinando o referente do nome não é, seguramente, que é, por definição, quem quer que seja que satisfaz esta descrição. Porque se perguntamos o que sabemos acerca de Colombo se este realmente existiu, seguramente **não** poderemos dizer que sabemos *a priori*, simplesmente por compreendermos a uma regra da linguagem.

Um exemplo deste tipo é apresentado pelo nome “Egas Moniz” e pela descrição “o primeiro português a receber o prémio Nobel”. Embora esta descrição represente

aquilo que de mais importante muita gente sabe a respeito de Egas Moniz, a pretensão que se existiu a pessoa Egas Moniz então Egas Moniz foi o primeiro português a receber o prémio Nobel é suportada por uma evidência empírica e, logo, apresenta-se como um tipo de proposição que pode, em princípio, ser mostrado que é falsa por investigação empírica posterior. Consequentemente não é conhecível *à priori* e o conteúdo semântico das frases contendo “Egas Moniz” não corresponde ao conteúdo semântico da frase contendo a descrição “o primeiro português a receber o prémio Nobel”.

Isto mostra que este corolário da versão teoria da fixação da referência pelo descritivismo é falsa – quando tomada para exprimir generalizações universais relativas a todos os nomes próprios. Nesta base Kripke conclui que não uma regra de natureza semântica especificando que o referente de um nome é o indivíduo designado por uma descrição a ele associada por um locutor.

Bibliografia

- Graça A.S. 2003: *Referência e denotação*. Lisboa: F.C. Gulbenkian
Kripke, Saul, 1980: *Naming and Necessity*. Oxford: Basil Blackwell
Soames, Scott, 2002: *Beyond Rigidity*. New York: Oxford University Press
Soames, Scott, 2005: *Philosophical Analysis in the Twentieth Century. The age of meaning* (vol2). Princeton. Princeton University Press